REVISTA

IBEF®

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XIX - NÚMERO 103 - BIMESTRAL - 2023
www.ibefrio.org.br

Taiana Jung, sócia fundadora da Logos Consultoria

Abelardo Puccini: Como proteger a tabela Price do anatocismo

Francisco Amarante: Vida longa ao assessor de investimentos

Adenias Gonçalves Filho: Como evitar a falência de sua empresa

Estante: Os segredos da mente milionária

IBEF
Rio de Janeiro

NA ECONOMIA E NOS NEGÓCIOS
GANHA QUEM SAI NA FRENTE.

LEXBRIDGE
FUSÕES & AQUISIÇÕES

Sobre nós

Desenvolvemos programas especificos de pesquisa confidencial para compradores estratégicos de negócios, focando no *middle market*, oferecendo a esse setor serviços de fusões e aquisições, finanças corporativas, incluindo a captação de recursos e ainda a estruturação de parcerias estratégicas e *joint ventures*.

55 21 99130-7919
novosnegocios@lexbridge.com.br
www.lexbridge.com.br

Editorial

A Economia no Rio de Janeiro

Uma análise feita pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ), com base no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) de dezembro 2022, revela que a economia do Rio de Janeiro avançou 5% contra 2,9% do Brasil. Os números confirmam a trajetória de crescimento observada em 2021. O setor de Serviços foi o principal responsável para os resultados positivos nestes dois últimos anos.

Ao contrário do que se registrou no país, o Rio concentrou o crescimento no segundo semestre do ano, com cinco meses consecutivos de alta, interrompida apenas no último mês de 2022.

A **Revista IBEF** na sua edição de número 103 deseja a todos uma boa leitura!

Marcos Chouin Varejão
Abril 2023

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão.

CAPA.....2
Taiana Jung, sócia fundadora da Logos Consultoria.

OPINIÃO.....4
Abelardo de Lima Puccini: Como evitar a falência de sua empresa!

INVESTIMENTOS.....6
Investimentos anunciados no últimos dois meses somam quase R$ 25 bilhões.

OPINIÃO.....7
Abelardo de Lima Puccini: Como proteger a Tabela Price do anatocismo.

NACIONAL.....10
De São Carlos para o Brasil: a contribuição do ICMC para a nova gestão da Capes.

OPINIÃO.....12
Francisco Amarante: Vida longa ao Assessor de Investimentos.

NACIONAL.....14
Brasil: Incerteza sobre o regime monetário piora cenário de inflação e gera risco de juros mais elevados.

NACIONAL.....15
Novo estudo da Kantar analisa o impacto da recuperação judicial das Lojas Americanas aos varejistas e indústrias.

ECONOMIA.....16
Marina Mantoan, Lutz Kuehne, Clarisse Ottero e Fernanda Filipavicius: Precisamos falar sobre *greenwashing*.

DAY TRADE.....18
Coluna de informação.

OPINIÃO.....20
Paulo Gala: O choque de juros chegou à economia.

OPINIÃO.....21
Marcus Vinicius L. Ramos Gonçalves: Compliance e Fornecedores: "passarinho que voa com morcego, acorda de cabeça para baixo".

NACIONAL.....22
Itaipu Binacional encerra dívida histórica para construção da usina.

ESTANTE.....23
Coluna sobre publicações editoriais.

NACIONAL. 24
Agronegócio brasileiro começa 2023 com superávit de US$ 8,69 bilhões.

NACIONAL. 26
Número de mulheres no agro representa 19% do setor.

OPINIÃO.....27
Lucas Cepeda e Pedro Tripp: Ajuste fiscal urgente no Rio.

JURISPRUDÊNCIA.....28
Gestor de empresa é condenado por sonegação fiscal.

INTERNACIONAL.....30
Stellantis anuncia investimento estratégico em cobre na Argentina, reforçando compromisso de tornar-se carbono neutra até 2038.

NACIONAL.....31
Conceituado concurso italiano destaca marca gaúcha Azeite Puro entre 122 rótulos.

NACIONAL.....32
Cinco esportes que ajudam a melhorar a rotina no trabalho.

Taiana Jung, sócia fundadora da Logos Consultoria

Jornada ESG: considerações sobre origem, práticas e posicionamento

ESG é um acrônimo que significa *environmental*, social e *governance*, que traduzido para o português quer dizer: ambiental, social e governança (ASG). A sigla é nova, aparece constantemente nas notícias e de 2019 para cá, no ambiente digital, a busca pelo assunto já cresceu mais de sete vezes, segundo pesquisa da Stilingue (2021).

Vale ressaltar que a sigla pode ser do momento, mas os temas que a compõem não! Eventos e marcos sociais e ambientais, desde o estabelecimento dos direitos humanos (1948), a composição do Clube de Roma, que debateu os limites do crescimento econômico (1968), a Conferência de Estocolmo das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano (1972), a realização das cúpulas mundiais da ONU, com início em 1990, a criação dos Objetivos do Milênio (2000) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2015), sem falar de tantos outros eventos e acordos internacionais relevantes, já construíam reflexões, provocações, orientações e demandas para a sociedade nessas temáticas.

A aplicabilidade ESG no mercado financeiro começou a ganhar espaço em 2004, com a sua menção em documento do Pacto Global e Banco Mundial chamado Quem Cuida Ganha. Em 2006, o relatório dos Princípios do Investimento Responsável (PRI), trouxe respostas para a integração dos fatores ESG, e colocou na pauta das instituições financeiras. Já a partir de 2020, de forma contundente, Larry Fink, CEO da BlackRock, empresa americana que movimenta cinco vezes o valor do PIB brasileiro, recomendou aos CEOs das grandes empresas mundiais a reverem e incorporarem ESG em seus negócios como forma de diminuir os riscos dos negócios e ampliar a capacidade de investimento/crédito.

Até aqui, mesmo que de forma resumida, foi possível ver o caminho que se percorreu para a consolidação do ESG, desde as pressões sociais ao movimento do mercado financeiro, interessado em diminuir os riscos de suas operações. Mas quero trazer mais elementos para a nossa reflexão, de modo que possamos tangibilizar quatro benefícios da adoção do ESG em uma organização, segundo a prática recomenda

da ABNT PR 2030: (i) otimização da gestão de riscos; (ii) conformidade regulatória e criação de vantagem competitiva; (iii) refinamento do propósito corporativo e abordagem das partes interessadas e; (iv) criação de valor para as partes interessadas.

Quais são os fatores inegociáveis para o posicionamento ESG? É fundamental a construção de um posicionamento transparente junto as partes interessadas, desde os acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes, concorrentes, comunidades vizinhas, sindicatos, entre outros. Conforme a Comissão de Concorrência e Mercado da Inglaterra, requisitos como: verdade e precisão; objetividade; inclusão de informações que considerem o ciclo completo do produto ou serviço são exemplos inegociáveis na formulação do posicionamento, para que a empresa não sofra as consequências da falta de coerência entre o que é divulgado e o que é realizado, pois na ausência dos itens pode se configurar como "grenwhashing", "rainbow-washing", "purpose washing", "blueewashing" e/ou "SDG-washing" – quando uma empresa apresenta informações que não são verdadeiras, omite ou esconde informações e estão em desacordo com leis, normas e/ou códigos.

Mas, como saber em qual momento da jornada ESG a organização está? A compreensão de que ESG é uma jornada e não um status pronto, abre uma janela de oportunidades para a construção de práticas que dialoguem com as especificidades de cada negócio, interesses, territórios e culturas. As métricas ESG ainda não foram padronizadas, mas de acordo com pesquisa realizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em 2022, as informações mais organizadas pelo mercado de capitais internacional devem ser anunciadas a partir de 2024.

A ABNT PR 2030, traz uma escala de auto declaração para medir a maturidade dos critérios ESG, e é composta por cinco estágios crescentes e cumulativos, começando pelo estágio 1- elementar, 2- não integrado, 3- gerencial, 4- estratégico e 5- transformacional, esse último, quando a organização se considera com total maturidade. Para cada um dos estágios há um conjunto de parâmetros que buscam evidências sobre o cumprimento de legislações, integração entre cada critério ESG, atuação das lideranças, posicionamento, plano estratégico, entre outros.

Mas por onde começar? Comece pela cultura da organização e o patrocínio das lideranças sobre o tema e o comprometimento com as práticas. Identifique dentro de cada critério os temas que dialogam com a especificidade do negócio e garanta a presença de forma integrada do ambiental, social e governança no plano estratégico, com previsão de recursos e metas alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Também gostaria de incluir a formação e sensibilização continuadas em temáticas de base como sustentabilidade, ética, diversidade, inclusão, entre outras envolvendo toda a força de trabalho e, quando possível, a cadeia produtiva para a criação de um movimento reflexivo e comportamental em prol do fortalecimento da cultura ESG na sociedade. As estratégias para isso podem ser as mais variadas, desde cursos, seminários, workshops, palestras, comunicação interna e externa, utilização de resultados de monitoramento e avaliação como recurso pedagógicos, investimento em formações externas, entre outras.

Qual a importância da articulação entre os critérios ambiental, social e de governança? Fazer um e não fazer o outro, não é ESG! Mas vale lembrar, que essa tarefa é complexa, e tudo bem não dar conta de realizar de uma só vez, mas tudo bem também ter o compromisso em curto, médio e longo prazo para fazer essa engrenagem girar e construir uma empresa que respeita as pessoas e o meio ambiente.

Taiana Jung atua há 18 anos com sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, prestando consultoria para as principais organizações do país, de diferentes setores com óleo e gás, energia, financeiro, de educação, entre outros. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social, professora da pós adotada ESG na prática da ESPM. também, é formada em conselho de administração e consultiva pelo IBGC, atua como conselho consultivo voluntário do CIEDS. Em 2008 fundou a Logos Consultoria, empresa com atuação iberoamericana, especializada em ESG e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Como evitar a falência de sua empresa!

*Adenias Gonçalves Filho**

A cada dia o noticiário é permeado de informações sobre empresas em dificuldades financeiras e que muitas estão prestes a falir, não somente no país como no exterior também.

Situação esta que se agrava em decorrência de questões geopolítica, da elevação da taxa de juros e de inflação, ainda que sob controle, é fragilizada pelas intercorrências da política em transformação no país.

Dados de 2021 divulgado pelo Ministério da Economia por intermédio do Mapa de Empresas, dão conta de que mais de 430 mil empresas fecharam suas portas nos quatro primeiros meses do ano, com um acréscimo de 22,9% quando comparados com o mesmo período do ano anterior. Não há dúvidas que este cenário requer atenção redobrada dos empresários pelas consequenciais que esta direção impactará na economia e na elevação do nível de desemprego com resultados indesejados já conhecidos e experienciados no passado.

Ao aprofundarmos a análise das estatísticas sobre a situação das empresas, nos deparamos que uma grande parcela é de empresas de pequeno e médio porte que, segundo o SEBRAE tem duração média de vida de três anos. Percebe-se que os empresários neste nicho de mercado encontram sérias dificuldades em reconhecer que estão longe de ter um controle mais efetivo de seus negócios, por terem dificuldades em responder com precisão a algumas questões fundamentais que norteiam o sucesso de seu empreedimento, com destaque para:

- Qual será minha capacidade de distribuir lucros este ano?
- Poderei aumentar meu pró-labore? Em quanto?
- Precisaremos contrair capital com terceiros? Quanto? E quando?
- Teremos dinheiro para fechar o mês?
- Teremos dinheiro para pagar 13° e férias?
- Podemos realizar determinado Investimento? Em quais condições?
- Será possível implementar um plano de cargos e salários?
- É possível contratar uma nova Consultoria?
- Podemos ampliar a verba destinada a marketing?

A lista é interminável e o cerne da questão é que muitas decisões empresariais significam postergar outras e sempre haverá um custo de oportunidade de ocasião. Aplicar um diagnóstico Empresarial poderá dar clareza acerca das prioridades na gestão e apoiar a empreasa em uma atuação cada vez mais próxima da excelência.

Você já pensou nisso?

**Executivo Experiente na Gestão de Empresas e em Finanças, atuando como Coach, Consultor e Educador Financeiro. Ministra cursos, treinamentos e palestras regulares em Órgãos Públicos e Empresas Privadas com tema voltado para a Educação Financeira com foco comportamental. Presta Assessoria Financeira Pessoal e Empresarial (PME).*

BBMotorhomes LLC® é a empresa dos brasileiros nos Estados Unidos para qualquer assunto relacionado a Veículos Recreativos – ou RV's, como são comumente conhecidos por lá.

Localizada no estado da Flórida, capital mundial do Motorhome, a **BBMotorhomes®** é especializada em inspeções para compra e venda de RV's, consertos e reformas, e pioneira na instalação de equipamentos para Internet 5G móvel e utilização de energia solar.

Se você tem vontade de viajar de Motorhome pelos Estados Unidos com sua família, traga o seu sonho que nos o ajudaremos a transformá-lo em realidade.

A **BBMotorhomes®** está apta a lhe auxiliar desde a escolha do **RV** adequado para seu grupo, ensinando todos os macetes para a operação e condução seguras do veículo escolhido, e também pode montar seu roteiro na Flórida, ou onde mais você desejar, e fazer suas reservas em parques especialmente preparados para receber você e sua família com toda as mordomia para seus pernoites e entretenimento, como por exemplo, no fantástico **Fort Wilderness RV Resort**, localizado dentro do complexo da Disney. E, melhor, tudo isso com assistência 24 horas pelo WhatsApp +1305 975-2691.

Não perca mais tempo e visite o site ***www.bbmotorhomes.com*** para ficar por dentro de tudo o que podemos fazer por você.

Aguarde novidades para breve: em 2024, retomaremos nossas caravanas em motorhomes pelos Estados Unidos.

BBMotorhomes LLC® *Sergio Costa* (+1305 975-2691)

Investimentos anunciados no últimos dois meses somam quase R$ 25 bilhões

- A Arauco Celulose planeja investir R$ 15 bilhões na construção e instalação de nova unidade fabril em Inocência (MS).
- A Aegea vai investir R$ 2,6 bilhões em obras de saneamento básico em 17 municípios do Estado do Ceará até 2023.
- O Governo Federal vai investir R$ 1,7 bilhão em obras de infraestrutura no Estado do Rio Grande do Sul.
- A BRK Ambiental investirá R$ 1,6 bilhão no setor de saneamento básico para os próximos cinco anos no Estado do Tocantins.
- A Portonave, em Navegantes (SC), pretende investir R$ 1 bilhão em obras no cais do terminal entre 2023 e 2025.
- A Eco135 irá investir R$ 815 milhões nas rodovias LMG-754, BR-135 e MG-231.
- A DHL, empresa do ramo de logística, vai investir R$ 800 milhões em hub logístico e alta tecnologia no Brasil até 2025.
- A União Química pretende investir R$ 340 milhões para ampliar suas fábricas e modernizar produção.
- A Marelli, produtora de equipamentos para automóveis, investirá R$ 150 milhões para ampliar sua fábrica em Hortolândia (SP). Já em 2025, a empresa adicionará R$ 90 milhões em novo projeto de investimento.
- A EDP planeja investir R$ 225 milhões no Estado do Espírito Santo até o final de 2023.
- A BH Airport investirá R$ 175 milhões na modernização de terminal no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado em Confins (MG).
- A Oncoclínicas vai investir R$ 145 milhões na construção de novo complexo para tratamento de câncer no município de Goiânia (GO) até 2026.
- O Porto de Cabedelo, localizado no Estado da Paraíba, vai investir R$ 100 milhões em obras de aprofundamento no canal de navegação.
- A FIESC investirá R$ 90 milhões até 2025 para construir uma nova sede do SENAI e do Instituto de Tecnologia no Estado de Santa Catarina.
- A MTR Solar vai investir R$ 50 milhões no desenvolvimento e na implantação de projetos em grandes usinas ainda neste ano.
- O Governo do Estado do Paraná vai investir R$ 27,7 milhões até 2024 em obras e pavimentação de rodovias localizadas nos Campos Gerais e Centro-Sul.
- A Prefeitura de Natal (RN) investirá R$ 15,2 milhões em reformas e construção de escola em 2023.
- A Prefeitura de Bom Jesus (PI) pretende investir R$ 15 milhões em obras de infraestrutura neste ano.
- O Governo do Estado da Paraíba vai investir R$ 8,6 milhões neste ano em obras e modernização de escola estadual localizada no município de Campina Grande.
- A Especial Dog Company, empresa de ração animal, vai investir R$ 8 milhões na implantação de centro de distribuição em Extrema (MG) neste ano.

Fonte: DEPEC Bradesco economiaemdia.com.br

Como proteger a Tabela Price do anatocismo

*Abelardo de Lima Puccini**

Objetivo

O objetivo deste artigo é o de recomendar, de forma simples e objetiva, uma proteção para a Tabela Price, quanto a eventuais interpretações de que esse sistema, muito utilizado na liquidação de financiamentos, apresenta o anatocismo - "juros sobre juros" - proibido pelo Art. 4º do Decreto 2.626/1933 (Lei da Usura), quando praticado em períodos inferiores a um ano. Essa proibição foi mantida pelo Art. 491 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil), nas mesmas condições.

Juros Compostos e Anatocismo

Cabe registrar que juros compostos não é sinônimo de "juros sobre juros", e sim um sistema de cálculo muito utilizado na obtenção das prestações de financiamentos, no qual os juros de cada período são calculados sobre o saldo devedor do financiamento existente no início do respectivo período.

Nesse sistema, quando os juros do período não são integralmente pagos, a parcela dos juros vencidos que não for paga é agregada ao saldo devedor (processo denominado capitalização de juros) e passam a render juros nos períodos subsequentes. Nesses casos, se instala o anatocismo, pois passará a haver a incidência de "juros sobre juros".

No entanto, se os juros vencidos de cada período forem integralmente pagos não existe a possibilidade fática deles serem capitalizados. Nesse caso, os juros não são agregados ao saldo devedor no final de cada período, que passa a ser constituído exclusivamente da parcela do principal do financiamento que ainda não foi amortizado. Dessa forma o anatocismo não é instalado, pois não haverá incidência de "juros sobre juros" nos períodos subsequentes.

A presença ou não do anatocismo nos sistemas de amortização de financiamentos depende, portanto, fundamentalmente da composição dos saldos devedores de cada período. Por uma questão conceitual, a capitalização dos juros ou a incidência de "juros sobre juros", que são os fatos geradores do anatocismo, só ocorrerá, indubitavelmente, nas situações em que o saldo devedor contiver parcelas de juros vencidos que não foram pagas e sim capitalizadas.

A partir dessa constatação, para que se avalie a presença do anatocismo no caso concreto, é indispensável que se conheça a subdivisão dos valores das prestações do financiamento, nas suas parcelas de amortização e juros. Somente com o conhecimento do valor da amortização e dos juros, é possível verificar se os valores das prestações são suficientes para liquidar integralmente os juros devidos em cada período e, assim, constatar a existência ou não do anatocismo.

Anatocismo e Proibição Legal

Os seguintes dispositivos legais proíbem a prática do anatocismo, quando a capitalização de juros ou cobrança de "juros sobre juros" ocorrer em períodos inferiores a um ano:

Art. 4º do Decreto 2.626/1933 (Lei da Usura): "É proibido contar juros dos juros; esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano."

Art. 491 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil) : "Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se juros, os quais, sob pena de redução, não poderão exceder a taxa a que se refere o Art. 406, permitida a capitalização anual."

Observe que nesses dois importantes dispositivos legais não há qualquer referência aos termos "juros compostos". A proibição legal se refere à cobrança de "juros sobre juros", em períodos inferiores a um ano, sendo permitida a capitalização anual.

Pagamentos dos Juros têm Prioridade

O pagamento dos juros de cada período tem prioridade sobre as amortizações, conforme determina o Art. 354 do Novo Código Civil, salvo estipulação contratual em sentido contrário. A íntegra desse artigo é a seguinte :

"Havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro nos juros vencidos, e depois no capital, salvo estipulação em contrário, ou se o credor passar a quitação por conta do capital"

Sistemas de Amortização de Financiamentos

Entre os sistemas de amortização de financiamentos utilizados no mercado, merecem destaque o Sistema de Amortização Americano-SAA, o Sistema de Amortização Constante-SAC e a Tabela Price, todos calculados no regime de juros compostos.

Faremos, a seguir, uma análise desses três importantes sistemas destacando a questão do anatocismo que não ocorre na medida em que os juros periódicos forem integralmente pagos no final de cada período, ao longo dos contratos de financiamento.

Sistema Americano de Amortização-SAA

Nesse sistema os juros de cada período têm sempre o mesmo valor, equivalente ao valor do principal multiplicado pela taxa de juros, dando a falsa impressão que se trata de juros simples e não de juros compostos. Na verdade o que acontece é que no final de cada período os juros são integralmente pagos trazendo o saldo devedor de cada período sempre para o mesmo valor do principal do financiamento. Assim, os juros periódicos são, a rigor, calculados sobre os saldos devedores no início de cada período (de mesmo valor que o principal), dentro da sistemática de juros compostos.

Com o pagamento integral dos juros no final de cada mês não há qualquer capitalização de juros e os cálculos obedecem rigorosamente os conceitos do regime de juros compostos, sem anatocismo, pois não há a ocorrência de "juros sobre juros".

Os contratos de financiamento com liquidação pelo Sistema de Amortização Americano-SAA definem os valores dos juros periódicos e o valor da única amortização que ocorre no encerramento do contrato.

Sistema de Amortização Constante-SAC

Nesse sistema, as amortizações do capital têm o mesmo valor em todos os períodos do contrato. O valores das prestações periódicas são calculados pela soma das amortizações de mesmo de valor com os juros periódicos obtidos a partir do saldo devedor do início de cada período, respeitando o conceito de juros compostos.

Dessa forma, os contratos do Sistema de Amortização Constante-SAC definem claramente o valor das amortizações periódicas (de mesmo valor) e o critério para a obtenção dos valores dos juros de cada período.

Tabela Price – Sistema de Prestações Iguais

O Sistema de Amortização Americano-SAA e o Sistema de Amortização Constante-SAC estão protegidos de qualquer interpretação de anatocismo nos pagamentos de suas prestações, na medida em que:

a) as suas parcelas de amortização e juros estão perfeitamente definidas nas cláusulas dos seus contratos de financiamento;

b) os valores das prestações periódicas periódicas são suficientes para liquidar os juros e as amortizações de cada período;

Já nos caso da Tabela Price os contratos costumam definir apenas o valor das prestações, sem especificar os seus desdobramentos em amortização e juros, indispensáveis para o conhecimento da composição do saldo devedor.

A convenção internacional (Calculadoras Financeiras e Planilha EXCEL) mantém a prioridade de pagamentos dos juros, respeitando o disposto no Art. 354 do Novo Código Civil. Os valores das prestações são suficientes para liquidar integralmente os juros de cada período e as amortizações contidas em cada prestação são, posteriormente, calculadas pela diferença entre o valor da prestação e o valor da parcela que foi aplicada na liquidação integral dos juros vencidos do período.

Entretanto alguns profissionais do mercado, inclusive peritos judiciais, entendem que:

a) as Prestações da Tabela Price representam um conjunto de pagamentos independentes de mesmo valor;

b) cada prestação deve ser descontada para o seu valor presente para se obter o seu desdobramento em amortização e juros;

c) o valor de cada prestação deve ser utilizado prioritariamente na amortização da respectiva prestação e o que sobrar é utilizado para o pagamento dos juros incorridos pela própria prestação.

Observe, por exemplo, que no final do primeiro período os juros do financiamento são calculados pela taxa de juros aplicada ao valor do principal do financiamento, e precisam ser liquidados integralmente para se evitar o anatocismo.

Entretanto, por esse distorcido processo os juros pagos pela primeira prestação correspondem apenas ao valor obtido

pelo seu desconto com a taxa de juros, por um período, sendo portanto bem inferior ao valor de juros devido pelo financiamento, no final do período. Como consequência a parcela de juros vencidos e não paga é incorporada ao saldo devedor do financiamento, provocando a indevida existência do anatocismo.

Interessante verificar que ao se aplicar no Sistema Americano de Amortização-SAA essa sistemática de considerar os pagamentos como parcelas independentes, terá como consequência uma situação praticamente insustentável. Os valores integrais dos juros periódicos, definidos nos contratos, passarão a ser desdobrados nas parcelas de amortização e juros.

Proteção para a Tabela Price: definir juros e amortizações das Prestações

O Sistema de Amortização Americano-SAA e o Sistema de Amortização Constante-SAC estão devidamente protegidos de qualquer interpretação de anatocismo nos pagamentos de suas prestações, na medida em que as parcelas de amortização e juros das suas prestações estão perfeitamente definidas nas cláusulas dos seus contratos de financiamento.

O mesmo não acontece na Tabela Price cujos contratos normalmente se restringem a informar os valores de suas prestações, sem os desdobramentos nas suas parcelas de amortização e juros, indispensáveis para se avaliar corretamente a questão do anatocismo.

Essa vulnerabilidade pode, a meu ver, ser eliminada pela inclusão nos contratos da Tabela Price, de um anexo com uma tabela especificando os valores dos juros e amortização de cada prestação, que são conhecidos por ocasião da assinatura dos contratos, atendendo, assim, o artigo 354 do Código Civil, que prioriza o pagamento dos juros.

Assim, na medida em que os contratos de financiamentos, com liquidação pela Tabela Price, façam as especificações necessárias sobre juros e amortizações atendendo o artigo 354 do Novo Código Civil, o questionamento sobre a presença do anatocismo deixaria de ser objeto de demandas judiciais, o que s.m.j. facilitaria a vida das instituições financeiras, do judiciário e dos mutuários.

(*) Autor do livro de Matemática Financeira Objetiva e Aplicada, Editora Saraiva, 11ª Edição, 2022.
Professor de Matemática Financeira e Análise de Investimentos no IAG/PUC/RJ e COPPEAD/UFRJ

**MSc Engenharia Econômica Stanford University-USA.*

De São Carlos para o Brasil: a contribuição do ICMC para a nova gestão da Capes

Dois professores do Instituto foram eleitos pela comunidade acadêmica para atuar em prol das áreas de pós-graduação em computação, matemática, probabilidade e estatística

Dois professores do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, estão entre os 49 novos representantes da comunidade acadêmica que ficarão à frente das áreas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelos próximos quatro anos. Eles foram recepcionados pela presidente da Capes, Mercedes Bustamante, durante o Seminário de Acolhimento, que aconteceu em fevereiro, em Brasília.

O professor Adenilso da Silva Simão, vice-diretor do ICMC, é o novo coordenador adjunto de ciência da computação; já o professor José Alberto Cuminato responde pela coordenação adjunta dos programas profissionais de matemática, probabilidade e estatística. Cuminato também é diretor do Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria (CeMEAI), um centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que é sediado no ICMC. Eles ficarão à frente das áreas de avaliação até 15 de março de 2026.

"Os coordenadores são responsáveis por algumas atividades relativas a todos os programas de pós-graduação do Brasil nas respectivas áreas. Entre as atividades, podemos citar a avaliação dos cursos ativos; a análise das propostas de novos cursos; e a preparação de um documento de área, que define os parâmetros para os próximos anos e, de certo modo, estabelece o futuro da pós-graduação", explica Simão.

Para o vice-diretor do ICMC, ao assumir as coordenações, os professores contribuem para a construção desse futuro, assegurando que a expansão e a avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros sejam realizadas de forma adequada e com qualidade. "A equipe de pesquisadores que cuidou da avaliação quadrienal passada precisou lidar com algumas situações inesperadas, mostrando o quanto é importante termos um grupo de coordenadores que consiga lidar com desafios e garantir a continuação do trabalho que vem sendo realizado pela Capes há tantos anos", destacou o professor.

Simão assumiu o cargo que anteriormente era ocupado por José Carlos Maldonado, professor aposentado do ICMC. Já Cuminato foi reconduzido ao mesmo cargo que ocupava na gestão anterior.

Traçar um retrato da pós-graduação brasileira, verificando seu desempenho e zelar pela qualidade dos programas, atribuindo notas de 1 a 7. Esses são os principais objetivos da avaliação da Capes, prevista para ocorrer a cada quatro anos. São levados em conta cinco quesitos: proposta do programa, corpo docente, corpo discente, produção intelectual e inserção social. Essa avaliação depende dos comitês das 49 áreas do conhecimento, que são compostos por pesquisadores, e resulta em notas (ou conceitos) que vão de 1 a 7.

Obter bons resultados nessa avaliação é fundamental para que os cursos se mantenham credenciados pela Capes, o que garante a validação dos diplomas emitidos. Aqueles que recebem notas 1 ou 2 são descredenciados. Para se manter em funcionamento, oferecendo apenas mestrado, um programa deve receber, no mínimo, a nota 3. Apenas os que têm notas acima de 4 podem oferecer doutorado. Já aqueles que atingem 6 e 7 são considerados de excelência.

"A nota 7 é atribuída apenas a programas que têm excelência internacional, ou seja, que são equivalentes aos oferecidos pelas melhores universidades do mundo", ressalta Simão. Tanto o Programa de Pós-Graduação em Matemática quanto o Programa de Pós-Graduação em Ciências de Computação e Matemática Computacional do ICMC receberam nota 7 na última avaliação quadrienal realizada pela Capes.

Por meio da avaliação, a Capes contribui para que as metas educacionais da pós-graduação brasileira sejam atingidas, assegurando a qualidade da formação de mestres e doutores. A partir do diagnóstico obtido nessa análise, são sugeridas iniciativas para a evolução e a melhoria do cenário educacional.

Como tudo começou – Criada em 1951, a Capes assumiu o papel de agência avaliadora da pós-graduação a partir da década de 1970. Em 1976, implantou um sistema nacional de avaliação da pós-graduação voltado para os cursos de mestrado e doutorado, que foi sendo aprimorado pela comunidade acadêmica ao longo dos anos até chegar ao modelo atual.

No entanto, até a década de 1990, a avaliação ocorria de forma desvinculada e em paralelo ao credenciamento dos programas de pós-graduação junto ao Conselho Federal de Educação (CFE). Isso gerava distorções no sistema de pós-graduação nacional, pois muitos cursos mal avaliados pela Capes mantinham-se credenciados junto ao CFE. Com a extinção do Conselho, a Capes passou a ser responsável tanto pelo credenciamento quanto pela avaliação dos programas.

ESG *Uma jornada!*

Como trilhar esse caminho com estratégias relevantes e sustentáveis para a empresa?

MATURIDADE ESG

Identificamos o estágio de evolução segundo ABNT PR 2030

ESTRATÉGIAS

Desenvolvemos estratégias com base em normas, diagnósticos e interesses dos stakeholders. Elaboramos indicadores de monitoramento e avaliação

TREINAMENTOS E PALESTRAS

Realizamos treinamentos e palestras.

Desenvolvemos e apoiamos práticas sustentáveis e indutoras de transformação social há 15 anos, para empresas de diferentes portes e segmentos do Brasil e países ibero-americanos.

logos@espacologos.com.br
(21) 99991-4310 I 3021-1165

LOGOS
CONSULTORIA

Vida longa ao Assessor de Investimentos

*Francisco Amarante**

Com a sanção presidencial da MP 1.072/21, agora Lei 14.317, em 2022, despedimo-nos oficialmente do agente autônomo de investimentos, para darmos as boas-vindas ao assessor de investimentos.

Pouco se sabe ou se lembra sobre a origem do nome agente autônomo de investimentos, mas a atividade remonta aos anos 60, com a promulgação da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que cria o Conselho Monetário Nacional e da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, conhecida como Lei do Mercado de Capitais.

A expressão "preposto" é então cunhada para referir-se aquele vinculado a sociedade ou firma individual, que tivesse por objeto a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários e que necessariamente dependiam da prévia aprovação do Banco Central do Brasil.

A Resolução nº 76, de 22 de novembro de 1967, emprega pela primeira vez a denominação "agentes autônomos", para designar o "intermediário", sendo considerado para essa atividade aquela pessoa física, que previamente registrada em instituição financeira autorizada à prática das operações previstas nessa resolução, sem vínculo empregatício, se dedicassem a atividade de venda ou colocação de títulos por conta de Sociedade Distribuidora, guardadas as condições descritas na resolução.

Somente em 7 de dezembro de 1976, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entidade autárquica em regime especial, vinculado ao Ministério da Economia, sendo transferida a ela dentre outras responsabilidades, que até então eram do Banco Central do Brasil, a de regulamentar o mercado de capitais.

A CVM manteve a alcunha "agentes autônomos" para aqueles profissionais que exerciam a atividade de mediação na negociação de valores mobiliários, em bolsas de valores ou no mercado de balcão.

Negligenciado por muitas décadas pelo mercado, que por vezes os via como responsáveis por ilicitudes e prejuízos aos investidores, os agentes passaram a desempenhar um protagonismo maior após o surgimento das plataformas digitais, que através da arquitetura aberta, passaram a ser verdadeiros "supermercados financeiros", ofertando uma infinidade de produtos e serviços, que até então eram restritos as Instituições Financeiras tradicionais, que concentravam a distribuição, nem sempre oferecendo bons e competitivos produtos aos investidores a preços justos.

Com o crescimento da atividade e a capilaridade cada vez maior, levando educação financeira e acessibilidade a milhões de investidores pelos quatro cantos do País, tornou-se cada vez mais comum a utilização do termo "assessor de investimentos", para designar aquele que auxilia o investidor no processo de investimentos.

Em 14 de dezembro de 2018, logo após um evento realizado pela ABAAI – Associação Brasileira dos Agentes Autônomos de Investimentos no auditório da B3, com a participação de representantes do mercado, a CVM publicou o Ofício Circular nº 4, dando a interpretação da SMI sobre as obrigações referentes a atividade e nos seus itens 36 a 41, ela trata especificamente sobre a utilização da expressão "assessor de investimentos" para se referir ao "agente autônomo de investimentos".

As principais preocupações que o regulador possuía com relação a utilização da expressão "assessor de investimentos", estavam centradas no cuidado a não transparecer ao investidor que esse era um "consultor de investimentos", que pela sua norma possui independência e não vinculação a um intermediário do sistema nacional de distribuição de valores mobiliários.

O assessor, portanto, está restrito a fazer indicações de produtos aos investidores, apenas da instituição a qual representa o papel de preposto, respeitada as limitações de risco e aderência desse investidor aos produtos ofertados. Outra preocupação presente aos olhos do regulador, estava na questão do conflito de interesses, que eventualmente um assessor poderá ter ao recomendar ao investidor produtos que o ofereçam maior remuneração, deixando a fidúcia ao cliente e a independência em segundo plano.

Com relação a esse aspecto, sempre frisamos que o maior ativo de um assessor é o cliente e que para essa relação perdurar, o quesito confiança esta em primeiro lugar. Uma vez ferido esse preceito de confiança, o assessor deixa de existir e o investidor buscará outras opções de atendimento no mercado.

Muitos podem estar se perguntando o que irá mudar na prática, agora que a denominação "assessor de investimentos" é oficial.

São vários os efeitos dessa mudança e com certeza, a percepção que o investidor leigo ou prospectivo passará a ter ao ser abordado por um profissional de investimentos será o maior deles. Temos que convir que ser abordado por um "agente autônomo", além de pouco dizer sobre o porquê viemos, em muitos casos gera até repulsa, remetendo a agentes fiscais, policiais ou a qualquer outro agente, menos o de investimentos.

Na regra atual, chega a ser uma contradição semântica, ser autônomo e exclusivo ao mesmo tempo, levando mais confusão ao investidor. A expressão "assessor de investimentos" é direta e objetiva, já elucidando o investidor sobre o papel que o profissional representa.

Importante frisar a necessidade de não se deixar confundir com o "consultor de investimentos", que é não vinculado e que é 100% independente nas suas sugestões de investimentos.

A partir da nova Lei, todas as pessoas jurídicas passarão a ser de assessoria de investimentos e não mais de agentes autônomos de investimentos, que deixa de existir. Isso exigirá alterações contratuais, além de adequação nas comunicações dos escritórios, alterando logos, sites, papelaria e etc....

E por último, mas não menos importante, a partir de agora as mulheres que representam mais de 25% do universo de 17.000 profissionais credenciados, poderão se apresentar como "assessoras de investimentos" e não mais "agentes autônomas", que convenhamos era uma agressão a essas profissionais que tanto enriquecem o nosso mercado.

Vida longa aos Assessores de Investimentos!

Superintendente da ABAAI – Associação Brasileira dos Agentes Autônomos de Investimentos.

Brasil: Incerteza sobre o regime monetário piora cenário de inflação e gera risco de juros mais elevados

• Incertezas sobre o compromisso da política econômica com inflação baixa, inclusive sobre a autonomia do Banco Central (BC) para perseguir as metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), têm levantado dúvidas sobre o regime monetário corrente. Nesse contexto, as expectativas dos agentes estão se distanciando da meta de inflação, até para horizontes maiores, e uma revisão da meta do atual patamar de 3,0% poderia ampliar esse movimento de desancoragem.

• O temor acerca de mudanças no regime monetário já foi relevante e duradouro o suficiente para dificultar, ainda que não inviabilizar, o processo de redução da inflação à frente. Assim, esperamos que o IPCA fique mais alto do que antes, tanto em 2023 quanto em 2024 (ver abaixo), e vemos risco que a taxa Selic fique elevada por mais tempo. Por enquanto, mantemos a projeção de taxa Selic em 12,50% em 2023 e 10,0% em 2024. No entanto, se a piora das perspectivas inflacionárias continuar, o risco é de haver até mesmo uma nova alta de juros. Para reverter a dinâmica negativa seria importante o governo reforçar o compromisso com a inflação baixa, mantendo a meta em 3,0% e reduzindo a incerteza sobre sua postura quanto à autonomia do Banco Central.

• Revisamos projeção de inflação em 2023 para 6,3%, de 5,8%, incorporando revisão altista em preços administrados (gasolina, emplacamento e licença, plano de saúde e energia elétrica). Revisamos a projeção para o próximo ano para 4,2%, de 3,7%, com impacto da desancoragem das expectativas de inflação. Uma maior desancoragem e eventual revisão da meta poderia levar a projeção de 2024 para acima de 5%.

• Fundamentos continuam apontando para um crescimento fraco em 2023. No entanto, nossos indicadores proprietários de atividade melhoraram no começo do ano, e as perspectivas para a economia global estão um pouco mais favoráveis. Assim sendo, revisamos o crescimento projetado para o PIB deste ano para 1,3%, de 0,9%. Nossa perspectiva é de que esse momento positivo seja temporário e que a economia retorne à tendência de desaceleração nos próximos meses. Observamos, também, que desdobramentos de eventos de crédito corporativo podem, em certos cenários, ter repercussões mais amplas, o que teria efeito restritivo sobre a atividade econômica. No mercado de trabalho, os dados mais fracos na margem apontam para uma taxa de desemprego de 8,5% em 2022 (ante 8,2%) e 8,6% em 2023 (ante 8,5%).

• Revisamos nossa projeção de taxa de câmbio para R$ 5,30 por dólar ao final de 2023, de R$ 5,50 por dólar, com melhora, mesmo com momentos voláteis, do ambiente externo. O prêmio de risco doméstico segue em patamar elevado e deve impedir uma apreciação maior da moeda. Projetamos a taxa de câmbio em R$ 5,40 por dólar em 2024.

• A revisão de crescimento ajuda apenas marginalmente os números fiscais e não altera o desafio estrutural de equilíbrio das contas públicas. Estimamos déficit primário de 1,4% do PIB em 2023 (anteriormente: -1,6%), déficit primário de 0,9% do PIB em 2024 e dívida bruta em 77% e 80% do PIB para esses anos, respectivamente.

BRASIL / DADOS E PROJEÇÕES

	2018	2019	2020	2021	2022P		2023P		2024P	
					Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior
Atividade Econômica										
Crescimento real do PIB - %	1.8	1.2	-3.3	5.0	2.8	2.8	1.3	0.9	1.0	1.0
PIB nominal - BRL bi	7.004	7.389	7.610	8.899	9.927	9.927	10.731	10.681	11.480	11.411
PIB nominal - USD bi	1.916	1.672	1.475	1.649	1.922	1.922	2.056	1.984	2.144	2.055
População (milhões de hab.)	208,5	210,1	211,8	213,3	214,8	214,8	216,3	216,3	217,7	217,7
PIB per capita - USD	9.189	8.910	6.964	7.731	8.946	8.946	9.505	9.173	9.850	9.438
Taxa de Desemprego - média anual (*)	12,4	12,0	13,8	13,2	9,3	9,2	8,6	8,4	8,6	8,6
Taxa de Desemprego - fim do ano (*)	12,4	11,7	14,9	11,8	8,5	8,2	8,6	8,5	8,7	8,7
Inflação										
IPCA - %	3,7	4,3	4,5	10,1	5,8	-	6,3	5,8	4,2	3,7
IGP-M - %	7,5	7,3	23,1	17,8	5,5	-	3,8	4,1	3,7	3,7
Taxas de Juros										
Selic - final do ano - %	6,50	4,50	2,00	9,25	13,75	-	12,50	12,50	10,00	10,00
Balanço de Pagamentos										
BRL/USD - final do período	3,88	4,03	5,19	5,57	5,28	-	5,30	5,50	5,40	5,60
BRL/USD - média anual	3,66	3,95	5,16	5,40	5,17	-	5,22	5,39	5,35	5,55
Balança Comercial - USD bi	47	35	50	61	62	-	61	61	58	58
Conta Corrente - % PIB	-2.9	-3.6	-1.9	-2.8	-2.9	-	-2.3	-2.3	-1.9	-1.9
Investimento direto no país - % PIB	4.1	3.7	3.0	2.8	4.8	-	3.9	4.0	3.3	3.4
Reservas Internacionais - USD bi	387	367	356	362	325	-	330	330	340	340
Finanças Públicas										
Resultado primário - % do PIB	-1,5	-0,8	-9,2	0,7	1,3	-	-1,4	-1,6	-0,9	-0,9
Resultado nominal - % do PIB	-7,0	-5,8	-13,3	-4,3	-4,6	-	-8,6	-8,8	-7,6	-7,4
Dívida Bruta - % PIB	75,3	74,4	86,9	78,3	72,8	-	76,1	77,8	79,0	80,4
Dívida pública liquída - % do PIB	52,8	54,7	61,4	55,8	57,0	-	61,3	60,4	64,7	63,7

Fonte: IBGE, FGV, BCB e Itaú
(*) taxa de desemprego medida pela Pned Contínua, com ajuste sazonal próprio

Pesquisa macroeconômica Itaú / Mario Mesquita, Economista-Chefe

Novo estudo da Kantar analisa o impacto da recuperação judicial das Lojas Americanas aos varejistas e indústrias

A Kantar, líder em dados, *insights* e consultoria, acaba de lançar um estudo a respeito de como o processo de recuperação judicial das Lojas Americanas afeta marcas, categorias e varejistas brasileiros. A companhia tem uma dívida total de R$ 43 bilhões, dos quais aproximadamente R$ 875 milhões são para micro, pequenas e médias empresas brasileiras, de acordo com cálculos divulgados pelo Estadão.

Esse endividamento representa um cenário complicado e de riscos para os fornecedores de produtos/indústria. "Para minimizar os impactos, é importante entender quem é esse consumidor das Lojas Americanas, seu comportamento de compra e onde mais esse consumidor realiza suas compras", afirma Rafael Kröger Couto, Diretor de Análises Avançadas da Kantar.

Nos últimos 12 meses, cerca de 20 milhões de lares brasileiros compraram nas Lojas Americanas. O número reforça a importância da empresa para os consumidores e representa um crescimento de 13% na base de compradores em relação ao intervalo anterior.

Algumas cestas de produtos e categorias devem ser mais impactadas por essa situação. Por exemplo, o estudo da Kantar indica que a recuperação judicial deve afetar bastante a cesta de Higiene e Beleza, que é 41% mais relevante em valor nas Lojas Americanas do que na média do mercado.

A varejista também desponta entre os consumidores nas categorias de indulgências, visto que 26% dos lares compram snacks, biscoitos e chocolates em suas lojas físicas ou online. Já na Páscoa, ela representa 11% do volume vendido em chocolates no Brasil.

"Importante entender quais outros canais poderiam absorver essa demanda das Lojas Americanas. Por exemplo, para o consumidor das Lojas Americanas, o canal Super de Rede (grandes redes de supermercados) é 15% mais representativo em valor do que para a média do mercado.", completa Couto.

A Kantar é líder global em dados, insights e consultoria. Atuamos em mais de 90 mercados e somos a empresa que mais entende como as pessoas pensam, sentem, compram, compartilham, escolhem e veem o mundo. Ao combinar nossa experiência sobre o conhecimento humano com tecnologias avançadas, ajudamos nossos clientes a entender as pessoas e inspirar crescimento nos negócios.

Precisamos falar sobre *greenwashing*

*Marina Mantoan, Lutz Kuehne, Clarisse Ottero e Fernanda Filipavicius**

Vivemos em um mundo de negócios competitivos e, diante das atuais pressões de investidores sobre as temáticas de ESG, uma imagem íntegra e sustentável definitivamente representa uma vantagem. O que cria um terreno fértil para o que chamamos de *greenwashing*. Cunhado em 1989 e traduzido como "lavagem verde", o termo é caracterizado pela valorização de uma empresa ou produto por meio de omissão de informações, fake news, exageros fictícios ou até mesmo a manipulação ou ausência de dados relevantes. Isso pode ocorrer em diferentes cenários, desde relatórios anuais e financeiros, até propagandas de marketing, rótulos de produtos, imagens ou declarações públicas.

No ambiente corporativo, estamos sujeitos a falhas, crises reputacionais e imprecisão de informações. Contudo, diante de ações com consequências ambientais e sociais, todo zelo é pouco. A reputação de uma empresa está diretamente ligada à integridade, à transparência e às evidências de ações pontuais e sistêmicas que resultem em impactos positivos mensuráveis a curto, médio e longo prazo para a sociedade. Ao partirmos dessa premissa, sabemos o quanto a indústria de combustíveis fósseis, por exemplo, é constantemente criticada por *greenwashing*. Quando tratamos temáticas como redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e neutralidade de carbono, observa-se que o plano de negócios muitas vezes segue na contramão dos compromissos com a descarbonização assumidos publicamente. Outro setor que vem sofrendo críticas relativas a *greenwashing* e forte pressão regulatória por mais transparência na agenda e critérios ESG é o setor financeiro, principalmente os fundos de investimento que se apresentam como sustentáveis.

Por isso, para que a agenda ESG seja de fato um norteador na redução e reparação de danos sociais e ambientais, a tendência é que as entidades regulatórias intensifiquem o combate à prática de *greenwashing*. Atualmente, há diversos formatos de relatórios e métricas que auxiliam empresas e instituições na identificação das melhores práticas na divulgação de impactos relativos a ESG, como o GRI (Global Report Initiative), SASB (Sustainability Accounting Standards Board), e PRI (Principles for Responsible Investment World Economic Forum).

Nesse sentido, tendo como horizonte o aspecto preventivo, o principal pilar para evitar o *greenwashing* é a governança corporativa. O uso das estruturas de governança e compliance das empresas é crucial para ações de ESG centradas em compromissos estratégicos, análise e monitoramento de riscos e fortalecimento da cultura organizacional em toda a comunidade de *stakeholders* (clientes, fornecedores, colaboradores etc). Embora as empresas tenham ciência da importância da agenda ESG e, até mesmo do conceito de *greenwashing*, pode haver um despreparo para enfrentar crises reputacionais ligadas a esse tipo de ocorrência. Por isso, listamos a seguir 6 passos e caminhos imprescindíveis de ação para as empresas diante de uma crise de *greenwashing*:

1) Invista em soluções tecnológicas para a geração de dados confiáveis, gerando evidências que garantam a confiabilidade dos dados, inclusive no que tange ao atingimento ou não dos compromissos assumidos publicamente. Isso inclui o suporte às três linhas de defesa da governança em relação às metas e ações concretas da agenda ESG, que sempre devem ser alinhadas à estratégia da empresa, verídicas e alcançáveis. No momento da crise, soluções tecnológicas aplicadas auxiliarão com mais rapidez e precisão diante do confronto de dados.

2) Mantenha a política de gestão de crises sempre atualizada. Ela precisa endereçar os riscos e reunir todas as informações desse processo. Por exemplo, planos de contingência, procedimentos sobre o que deve ser feito e quem precisa ser acionado em caso de crises efetivas. Considere desenhar uma política a partir do mapeamento de riscos e da simulação de possíveis crises.

3) Acione o comitê de gestão de crise com membros de diferentes expertises, com as competências certas para centralizar, coordenar e endereçar as ações. É muito importante definir antecipadamente quais são os papéis e responsabilidades de cada membro. Isso agiliza a tomada de decisões.

4) Em caso de iniciar o processo investigativo, selecione uma empresa de consultoria externa independente que irá reunir fatos, dados e documentos por meio da coleta de informações disponíveis para análise de quem são os envolvidos, *modus operandi*, entre outros impactos. Considere sempre o acionamento de um escritório de advocacia especializado em temas ESG e gestão de crises para avaliação dos impactos e resultados no processo de gestão de crise e, sobretudo, na continuidade do negócio.

5) Estabeleça protocolos de comunicação, como monitoramento da repercussão, que poderão ser acionados de acordo com o impacto da questão de *greenwashing* e os diversos públicos envolvidos. É aconselhável que sejam contratados e usados agentes externos (como agências de comunicação) para a comunicação assertiva e direcionada aos interesses dos diversos grupos e públicos-alvos, como investidores, mercados, empregados, governo, comunidade, entre outros.

6) Por fim, realize treinamentos periódicos e tempestivos para os momentos de crises, que incluam desde os porta-vozes até a disseminação entre os colaboradores para que todos tenham ciência do ocorrido. Esses treinamentos devem ter uma programação pautada em medidas em curso, orientação de como proceder, processo de gestão de crise para diversas análises, comunicação institucional e pronunciamentos públicos.

Este artigo faz parte do ESG Guidebook.

**Integrantes do Forensic & Integrity Services da EY Brasil.*

EY
Building a better working world

© 2022 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

Como o desempenho ESG vai definir o futuro?

Especialistas da EY ajudam organizações a criar impacto positivo e transformar a vida das pessoas. Saiba mais em **ey.com.br**.

Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta. E melhor se torna o mundo de negócios.

ENVOLVE BIOEMBALAGENS

O Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa apoiar empresas a adotar e promover 10 princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Além disso, as incentiva a seguir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – plano de ação desenvolvido para dar vida a um mundo mais justo até 2030.

A rede está ramificada em quase 170 países, incluindo o Brasil, onde tem mais de 1.400 integrantes. Uma das mais recentes signatárias do Pacto Global é a Envolve Bioembalagens, startup que desenvolveu a primeira tampa ecológica produzida em escala industrial no mercado nacional. O produto, também conhecido como ecowrap ou simplesmente pano de cera, é uma embalagem sustentável feita a partir de tecido 100% algodão e impermeabilizado com cera de abelha, que protege e conserva alimentos. Com durabilidade aproximada de 1 ano, o tecido encerado é uma alternativa sustentável ao plástico filme, produzido a partir de fontes não renováveis e com baixo índice de reciclabilidade.

Ao se juntar ao Pacto Global, a Envolve Bioembalagens dá mais um passo em seu compromisso de impactar positivamente os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Saúde e Bem-Estar (ODS 3), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12). Uma das formas de atingi-los está em seu projeto social com mulheres carentes, que permite a elas ficarem com parte da renda da produção dos ecowraps para subsistência.

O Pacto Global fornece aos membros acesso a ferramentas que contribuem para ampliar o envolvimento das empresas com os temas de sustentabilidade e em discussões na área, além de possibilitar a participação em programas locais e internacionais. As companhias, por outro lado, se comprometem a reportar anualmente o progresso em relação aos dez princípios.

A Envolve Bioembalagens surgiu em 2018 com o propósito de impactar positivamente a relação de equilíbrio entre consumo, redução do desperdício de alimentos e cuidado com o meio ambiente. Sua embalagem sustentável é feita a partir de um pedaço de tecido 100% algodão, impermeabilizado com uma mistura de cera de abelha, breu e óleo de coco.

O consumidor pode escolher entre mais de 30 estampas personalizadas, que estão em constante renovação, em 4 diferentes tamanhos e um modelo específico de porta sanduíche. Lavável e reutilizável, sua durabilidade é de 150 usos, ou cerca de um ano. Biodegradável, ao final de sua vida útil o pano de cera pode ser destinado à compostagem, mantendo assim a matéria-prima e recursos biológicos na cadeia de produção e consumo e diminuindo a utilização de aterros sanitários.

O ecowrap passou por testes e validações realizados junto a órgãos como o Ministério do Meio Ambiente, a Associação Brasileira dos Profissionais pelo Desenvolvimento Sustentável (Abraps), o Instituto Lixo Zero e o The Founder Institute. Trata-se da primeira embalagem sustentável produzida em escala industrial no mercado nacional.

Mais informações em https://envolve.eco.br.

JEEP® CJ-3B

Lançado nos Estados Unidos em janeiro de 1953, o Jeep® CJ-3B acaba de completar 70 anos. O modelo foi também o primeiro Jeep a ser fabricado pela Willys-Overland do Brasil, já a partir de 1954. Algumas unidades de versões anteriores já haviam chegado ao país como CKD antes disso, mas coube ao CJ-3B integrar as primeiras peças nacionais ao longo dos seus anos de produção aqui no Brasil.

O CJ-3B – CJ de "Civilian Jeep" (Jeep civil) – foi uma evolução dos modelos já produzidos até então para clientes civis e não militares. Nascida em 1945 com o CJ-2A, a família CJ foi composta por veículos para uso em qualquer terreno de carroceria compacta, produzidos e vendidos pela Jeep até a década de 1980.

O CJ-3B começou a ser vendido no Brasil em 1954. Montado em São Bernardo do Campo (SP) pela Willys-Overland do Brasil, ele trouxe como diferenciais das gerações anteriores a grade

FOTO: NÉLSON DE ALMEIDA FILHO, HUGO VIDAL E JEEP

frontal e o capô mais elevados para poder acomodar o novo motor de quatro cilindros Hurricane, da Willys, gerando o apelido "cara de cavalo". Algumas publicidades da época destacavam a força e capacidade off-road dos modelos, que seguem sendo grandes atributos da Jeep até hoje.

DEJOUR CLUB

Balneário Camboriú ganhou, a primeira Plataforma Náutica Itinerante, com direito a Spa, entretenimento e lazer para todas as idades. A DEJOUR Club tem o intuito de ser um atrativo turístico revolucionário para as crianças, jovens e famílias, capaz de gerar vivências que ficarão nas lembranças da diversão náutica. Empreendimento terá patrocínio da Glück, empresa americana de copos térmicos premium.

Um dos sócios da Glück, Marlos Almeida, explica que a marca não trata apenas de copos térmicos reutilizáveis, mas representa um estilo de vida. "Nossos produtos são feitos com material e design premium, com uma tecnologia que proporciona mais eficiência para manter as temperaturas quentes e frias das bebidas, superando a expectativa dos consumidores mais exigentes e acompanhando esses consumidores nas mais diversas ocasiões. Nada melhor do que aliar todos esses benefícios a um empreendimento inovador".

A plataforma tem aproximadamente 950m², localizada a 250 metros de areia, perto do Molhe da Barra Sul, projetada para receber 700 pessoas com uma concepção de exclusividade, uma iniciativa turística náutica de bem-estar, com períodos de música e divertimento que a cidade demanda.

O nome "DEJOUR" teve influência na icônica música de Alceu Valença, La Belle de Jour, associada não apenas à personagem da canção, mas também à beleza dos dias quentes e ensolarados que tornarão as experiências memoráveis a bordo do floating club por onde ele passar.

Os sócios Álvaro Garnero, Reinaldo Oliveira, Lucas Araújo e Marlon Cristiano escolheram o município para o lançamento do primeiro floating club itinerante do mundo por Balneário

Camboriú ser uma das cidades mais desenvolvidas nessa área.

Segundo Reinaldo Oliveira, que trabalha há 10 anos no segmento de eventos, "Balneário é uma cidade linda, próspera, de belas praias, com pessoas alegres e hospitaleiras que recebem de braços abertos turistas de todo o mundo. É também uma cidade que busca estar na vanguarda da inovação", afirma.

Os principais ramos da DEJOUR são: o Sun Lounge com espreguiçadeiras de luxo voltadas ao mar, onde os visitantes podem aproveitar o dia com uma vista maravilhosa e o Pool Loungue, com sofás pertos do mar. Os ambientes mais almejados são 12 camarotes com vagas para barcos de muitos tamanhos. Para chegar até a DEJOUR, além do acesso por barco particular ou jet ski, o clube proporcionará um serviço diário translado com capacidade para levar até 80 pessoas a cada 30 minutos.

Vale a pena ressaltar que esse será o primeiro clube flutuante do mundo com as qualidades itinerantes e garante a criação de espetáculos por meio da música e do entretenimento náutico do país.

ALUPAR

Como parte de sua política de Sustentabilidade - ESG (Ambiental, Social e Governança Corporativa), a Alupar, holding nacional privada que atua nos segmentos de transmissão e geração de energia, acaba de ampliar seu patrocínio ao Rede Tênis Brasil, fomentador do esporte no país, que desenvolve atletas e treinadores. Com isso, beneficiará ainda mais as milhares de crianças de escolas públicas que fazem parte do Projeto Massificação Maria Esther Bueno, que visa formar atletas e cidadãos através do tênis.

Criada em 2014 pelo então Instituto Tênis (atual RTB), a iniciativa já beneficiou mais de 40 mil participantes entre 6 e 12 anos de 20 cidades de 9 estados nas 5 regiões, dos quais 1.000 continuam praticando regularmente a modalidade gratuitamente em academias parceiras. Além disso, mais de 500 professores da rede pública foram capacitados para replicar as aulas em outros locais. E não para por aí: os pequenos também recebem reforço escolar de matemática e português, ensino de inglês e inclusão digital, o que os impactará no momento da busca pelo primeiro emprego ou do ingresso no ensino superior.

A Alupar investe continuamente em programas para melhorar a qualidade de vida das comunidades dos locais onde está presente no Brasil, Colômbia e Peru, por entender que elas são essenciais na implantação e operação de seus empreendimentos. Os focos principais são na educação e saúde, com incentivos à leitura, à cultura e ao esporte.

"A filosofia do Rede Tênis Brasil condiz com nosso propósito de dar oportunidades para crianças e jovens e com nossos investimentos na área social. Compartilhamos dos mesmos valores", afirma Paulo Godoy, CEO da Alupar.

"Buscamos como apoiadores empresas com valores conectados aos nossos e aos do esporte, como respeito, ética, foco, disciplina, resiliência e planejamento, e este é o exatamente o caso da Alupar. Por isso estamos muito alegres e satisfeitos com a parceria, com a qual conseguiremos impactar e transformar a vida de milhares de jovens brasileiros", afirma Raphael Barone, diretor-executivo do Rede Tênis Brasil.

O choque de juros chegou à economia

*Paulo Gala**

O Banco Central do Brasil levou a Taxa Selic para 13,75% no ano passado. O FED americano continua subindo sua taxa de juros básica até 5% ao ano. Em geral, as altas de juros demoram entre três e seis meses para chegar à economia real. É o tempo do custo de crédito encarecer, dos financiamentos imobiliários ficarem mais caros, dos juros de cartão de crédito e capital de giro subirem.

Essa alta generalizada de taxas de juros afeta as decisões de consumo das famílias e de investimento das empresas. Essa conta chegou para o Brasil e os Estados Unidos. Em novembro passado, o setor de varejo brasileiro apresentou queda, bem como o IBC-Br, indicador do BC que procura antecipar o PIB.

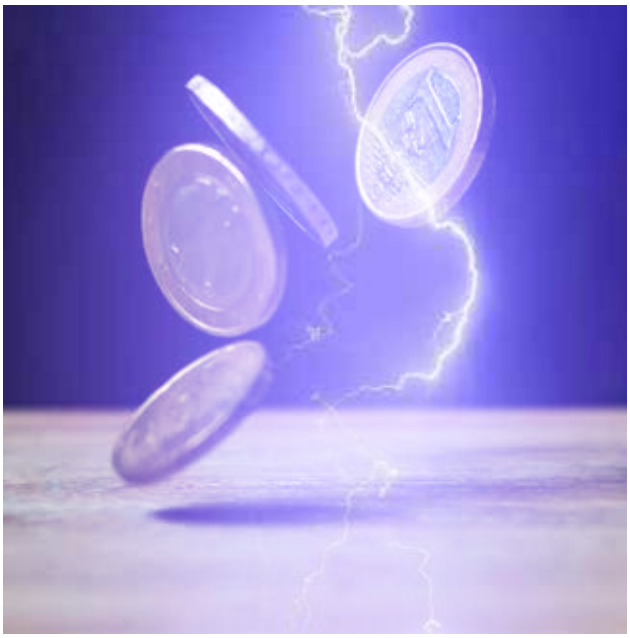
O setor de serviços, medido pela pesquisa PMS do IBGE, também ficou estagnado. São números que destoam da tendência observada até a metade do ano passado, ainda embalados pela reabertura econômica.

Nos EUA, os dados de varejo e indústria apresentaram queda no mês de dezembro quando comprados a novembro. A venda de casa despencou 33% em dezembro na comparação com o mesmo mês do ano anterior. As taxas de juros de hipotecas subiram de 3% ao ano para mais de 6%.

Algo parecido ocorreu no Brasil, onde o custo do crédito imobiliário saiu de 75 ao ano em 2021 para quase 10% hoje. Existe uma grande discussão no momento sobre o tamanho da desaceleração que veremos nos EUA e no Brasil. Por aqui, o mercado espera ainda um crescimento entre 0,5% e 1% para 2023. Por lá, o temos de recessão e queda do PIB durante dois trimestres consecutivos é maior. A parada do mercado imobiliário é mais brusca. Por outro lado, o desemprego segue ainda baixo, em menos de 4% da população economicamente ativa.

Preços ao produtor nos EUA (PPI) tiveram queda de 0,5% em dezembro, trazendo a primeira deflação no atacado relevante desde a crise da Covid 19. Há quedas importantes nos preços de gasolina, carros usados, materiais de construção e aluguéis. A desinflação americana já é uma realidade.

Preços ao consumidor nos EUA (CPI) caíram 0,1% em dezembro comparados a novembro, abaixo do esperado pelo mercado. A última leitura havia sido de 0,1%. O CPI core, ou medida de núcleo, também veio abaixo do que se imaginava. Em comparação anual, a inflação cheia sobe de 6,5% em termos anuais.



Esses indicadores reforçam o movimento de desaceleração de alta de juros do FED nas próximas reuniões. As dúvidas agora dizem respeito à velocidade de queda e ao prazo de convergência da inflação para a meta de 2% ao ano.

O cenário base do mercado financeiro mundial não é de crise na Europa e nos EUA. As Bolsas estão voltando a patamares elevados, com S&P acima de 4.000. A curva de juros americana projeta forte queda de juros no segundo semestre de 2023, mas as taxas não caem muito abaixo de 2,5%, considerado o juro nominal neutro dos EUA. Numa crise, o BC teria que levar essa taxa a zero.

Outro indicador de relativa calmaria no mercado americano são os spreads de crédito mais arriscado. Esses prêmios continuam abaixo da média histórica e bem abaixo dos picos observados em recessões.

Temos, portanto, um cenário de queda de preços benigna ou, nos termos do mercado, uma desinflação. Imaculada que não causará grandes efeitos colaterais nas economias americana e mundial. Assim esperamos.

Mas uma crise nunca pode ser descartada num cenário como o atual. Por ora, as economias arrefecem, e a inflação cede no Brasil e no mundo sem maiores estragos.

Artigo publicado no jornal O Globo em janeiro de 2023

**Economista chefe do Banco Master de Investimentos. Graduado em Economia pela FEA USP, é mestre e Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002. Foi pesquisador visitante nas Universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY)..*

Compliance e Fornecedores: “passarinho que voa com morcego, acorda de cabeça para baixo”

*Marcus Vinicius L. Ramos Gonçalves**

Dias atrás, toda a sociedade ficou estarrecida com a denúncia de que trabalhadores terceirizados na colheita da uva, na região de Bento Gonçalves, trabalhavam em condições análogas à escravidão, em total desconformidade com as normas trabalhistas, constitucionais e internacionais. Pior: grandes e famosas vinícolas nacionais, que tomavam de forma direta ou indireta tais serviços, afirmaram que desconheciam tal situação. Contudo, esqueceram-se de sua responsabilidade legal e social sobre o caso e demonstraram que seus mecanismos de compliance de fornecedores, caso existam, estão muito aquém do necessário e esperado.

Este drama é recorrente: as empresas que têm um programa de integridade/compliance implantado (ou iniciando) se deparam com a enorme dificuldade que é ajustar a questão da conformidade de fornecedores.

As dificuldades/justificativas são variadas: 1) por vezes os fornecedores não estão dispostos a organizar seus serviços/produtos sob a perspectiva da conformidade; 2) outras vezes os fornecedores não sabem como fazê-lo; 3) noutras, os fornecedores não possuem recursos (financeiros, humanos etc) para fazer frente à questão.

Em tais circunstâncias, estabelece-se um dilema: manter ou não o fornecedor/parceiro comercial?

Não há resposta fácil para a pergunta, posto que, frequentemente, aquele fornecedor/parceiro comercial é único ou raro, bem como, demorou a ser desenvolvido para atender a demanda da empresa. Preparar um novo fornecedor/parceiro comercial pode levar um tempo que muitas vezes não se tem, sem contar o custo e a incerteza que processo como esse acaba gerando. Temas como a proteção de dados pessoais (o privacy by design, por exemplo), o programa “Emprega + Mulheres”, sanidade e salubridade no ambiente de trabalho ou até responsabilidade tributária estão aí, batendo à porta todos os dias, mostrando que não se caminha sozinho e que somos responsáveis uns pelos outros, inclusive legalmente.

Contudo, numa dinâmica assertiva e responsável, acreditamos que a melhor solução é interferir na construção da perspectiva da conformidade com fornecedores. Não se trata de imposição, mas de ajuda na compreensão e capacitação desses fornecedores para a cultura e prática da integridade. Nesse sentido, é nosso dever liderar tal movimento junto

aos nossos fornecedores, eliminando as justificativas mencionadas: 1) Para aqueles que não estão dispostos, mostra-se que não há como se manter no mercado sem estar em compliance com as regras e normas jurídicas e socias, por representar riscos de toda sorte; 2) Para os que não sabem como fazer, deve-se auxiliar na modelagem de programas de integridade, atuando como autêntica “incubadora” de conformidade para esses fornecedores; 3) Para os que não têm como dispor de recursos, oferecer a “fidelização da parceria”, com extensão de tempo contratual, preferência na contratação etc, pode ser uma boa “recompensa” pelo esforço de adequação. Sai mais barato estender a mão a esses fornecedores...

Só há algo que não se pode fazer: ficar inerte. Achar que a conformidade de seus fornecedores não é um problema seu, além de má prática de responsabilidade social, pode expor sua empresa a riscos graves e trazer consequências desastrosas. Vale lembrar um dito popular: “passarinho que voa com morcego, acorda de cabeça para baixo”. Somos responsáveis por aquilo que cativamos...devemos cuidar do nosso jardim.

Se sua empresa conhece e vive este drama, saiba que a BRG Advogados pode ajudar. Entre em contato e descubra o que podemos fazer para deixar seus fornecedores aderentes à perspectiva da conformidade, com baixo custo e excelentes resultados.

**Sócio da Bertolucci e Ramos Gonçalves Advogados, membro da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados da OAB/SP, Presidente do ILADEM (Instituto Latino-Americano de Defesa e Desenvolvimento Empresarial), Prof. Compliance e ESG da Pòs Graduação da FGV-RJ.*

Itaipu Binacional encerra dívida histórica para construção da usina

A Itaipu Binacional quitou em fevereiro as últimas parcelas da dívida contraída para a construção da hidrelétrica, há quase 50 anos, e tornou-se uma empresa amortizada. Os últimos pagamentos foram destinados à Eletrobras e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e somam US$ 115 milhões.

A liquidação da dívida foi celebrada em uma cerimônia oficial no Edifício da Produção da usina, com as presenças dos diretores-gerais brasileiro de Itaipu, Anatalicio Risden Junior, e paraguaio, Manuel María Cáceres Cardozo, demais diretores e conselheiros da empresa e autoridades dos dois países.

O ministro de Minas e Energia brasileiro, Alexandre Silveira, gravou uma mensagem em vídeo, transmitida durante o evento. Segundo ele, o pagamento da dívida de Itaipu é um marco que demonstra "não só a grandiosidade desse projeto para a história dos nossos países, mas o caminho para um futuro ainda mais próspero".

Silveira acrescentou que o saldamento abre caminho para a renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu, que estabelece as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da usina. As negociações vão envolver os governos do Brasil e do Paraguai e devem começar em agosto deste ano.

"A revisão do Anexo C fortalecerá o laço de parceria entre brasileiros e paraguaios, com olhar cada vez mais claro, não só para as necessidades energéticas e comerciais, mas também para a melhor destinação dos recursos para a população que tanto necessita", completou.

O assunto também foi tratado pelo diretor-geral paraguaio, Manuel María Cáceres Cardozo. "Estamos prontos para o próximo compromisso. Creio que isso (o pagamento da dívida) dá uma tranquilidade e maior liberdade para a revisão do Anexo C e de outros componentes do tratado, de maneira a fechar o acordo nos próximos anos", afirmou, em entrevista após a cerimônia.

De acordo com Cáceres, o pagamento da dívida de Itaipu não é uma conquista individual, mas reflete "o esforço de sucessivos governos que permitiram chegar ao dia de hoje".

O Ministério de Relações Exteriores brasileiro divulgou uma nota na tarde desta terça-feira para comemorar "o êxito da engenharia financeira desse projeto cinquentenário, que descortina uma nova fase para a empresa e para os consumidores de energia".

"A Itaipu Binacional é uma empresa estratégica para a segurança energética de Brasil e Paraguai, ao atender mais de 13% da demanda de energia elétrica brasileira e 90% do consumo de eletricidade paraguaio nos últimos 10 anos", diz a nota.

"Em contexto de crescente preocupação com os impactos das atividades humanas no clima, os 2,9 bilhões de megawatts-hora gerados desde o início de seu funcionamento representam importante contribuição de energia limpa para o planeta."

VALOR DA DÍVIDA

O valor da dívida contraída para o empreendimento hidrelétrico de Itaipu foi de US$ 63,3 bilhões, recurso empregado para que toda a infraestrutura necessária pudesse sair do papel – incluindo desapropriação de terras, construção de casas e pagamento das empreiteiras. Desse total, US$ 35,4 bilhões foram pagos a título de amortização de empréstimos e financiamentos e US$ 27,9 bilhões como encargos financeiros.

A própria binacional foi a responsável pela obtenção dos empréstimos, conforme disposto no Tratado de Itaipu, assinado em abril de 1973 e que neste ano completa 50 anos. Os recursos receberam garantia do Tesouro Nacional brasileiro.

Desde então, foram firmados mais de 300 contratos de financiamento, com cerca de 70 credores brasileiros, paraguaios e de outras nacionalidades. Os pagamentos eram feitos conforme as condições contratadas – mensais, trimestrais e semestrais.

Os principais financiadores de Itaipu foram a Eletrobras, BNDES, Finame, Banco do Brasil e instituições financeiras internacionais, como Citibank, Dresdner Bank, Deutsche Bank, Swiss Bank Corporation e JPMorgan.

Os governos do Brasil e do Paraguai desembolsaram apenas o valor necessário para compor o capital social da empresa, de US$ 100 milhões, metade de cada país.

PAGAMENTOS

Há registros contábeis do início do pagamento das dívidas, ainda nos anos 1970, muitos deles para cobrir pagamentos de outros empréstimos contraídos com determinados períodos de carência, face às condições de mercado da época e a impossibilidade de geração de receita pela Itaipu, que ainda não estava em operação.

Em março de 1985, quase um ano após a entrada em operação da primeira unidade geradora, a Itaipu passou a comercializar a energia produzida e a gerar receita.

Desta forma, e desde então, a tarifa de Itaipu – chamada de Custo Unitário do Serviço de Eletricidade (Cuse), paga pelos consumidores brasileiros e paraguaios – proporcionou os recursos necessários para a amortização da dívida.

Os segredos da mente milionária

Se as suas finanças andam na corda bamba, talvez esteja na hora de você refletir o que T.Harv Eker chama de "o seu modelo de dinheiro" - um conjunto de crenças que cada um de nós alimenta desde a infância e que molda o nosso destino financeiro, quase sempre nos levando para uma posição difícil.

Neste livro da **Editora Sextante**, Eker, mostra como substituir uma mentalidade destrutiva - que você talvez nem perceba que tem - pelos "arquivos de riqueza", 17 modos de pensar e agir que distinguem os ricos das demais pessoas.

GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS

- Tributário
- Societário
- Regulatório
- Civil Empresarial
- Trabalhista
- Previdenciário

São Paulo | Rio de Janeiro | Curitiba | Belo Horizonte | Brasília

www.gsga.com.br

Agronegócio brasileiro começa 2023 com superávit de US$ 8,69 bilhões

O milho foi o destaque nas exportações em janeiro deste ano, com alta de 166,5% no valor e 125,9% na quantidade

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou, nesta sexta-feira (10/2), nota sobre o comércio exterior do agronegócio, com dados de janeiro de 2023. A balança comercial do agronegócio iniciou o ano com superávit de US$ 8,69 bilhões, bem acima do superávit de US$ 2,61 bilhões da balança comercial total (que considera produtos de todos os setores). O valor das exportações brasileiras bateu novo recorde: US$ 10,22 bilhões, com alta de 16,4% na comparação com janeiro do ano passado. No mesmo período, o valor das importações cresceu 37,1%, alcançando US$ 1,53 bilhão, conforme a tabela abaixo:

BRASIL: balança comercial, total e agronegócio - mensal (janeiro)

SETORES	Exportações			Importações			Saldo (US$ bilhões)	
	JAN/2022 US$ Bilhões	JAN/2023 US$ Bilhões	Variação (%)	JAN/2022 US$ Bilhões	JAN/2023 US$ Bilhões	Variação (%)	JAN/2022	JAN/2023
Total	19,78	23,03	16,43	19,84	20,42	2,93	-0,06	2,61
Agronegócio	8,78	10,22	16,43	1,12	1,53	37,08	7,66	8,69
Demais Bens	11,00	12,81	16,43	18,72	18,89	0,89	-7,72	-6,08
Part. do Agronegócio %	44,39	44,30	-	5,63	7,50	-	-	-

Fonte: Comex Stat/Secint. Elaboração: Coordenação de Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Dimac/Ipea.

Em janeiro de 2022, mês considerado típico de "entressafra" para o agronegócio na balança comercial, a soja impulsionou as exportações. Já em janeiro deste ano, os embarques foram liderados pelo milho, que registrou alta de 166,5% em valor e 125,9% em quantidade. Em termos de participação, o milho foi responsável por 17,3% do total exportado pelo setor – dos US$ 10,22 bilhões exportados pelo agronegócio no primeiro mês do ano, US$ 1,77 bilhão são referentes ao grão.

O Brasil é o terceiro maior exportador mundial de milho, atrás dos Estados Unidos e da Argentina. Graças à abertura do mercado chinês (que habilitou mais de 130 novas instalações exportadoras de milho no Brasil) e à queda da safra norte-americana, o Brasil pode aumentar sua participação em 2023. Apesar de ser a segunda maior produtora mundial de milho, a China depende do mercado internacional para consumo doméstico, e está em busca de novos fornecedores que possam substituir os Estados Unidos – maior fornecedor chinês do grão.

Além do milho, outros destaques no que diz respeito às exportações foram o açúcar, a carne de frango e a carne suína, com aumentos de 67,7%, 38,9% e 32,0% no valor, respectivamente. O trio, que apresentou significativa elevação na quantidade e no preço, em comparação com o mesmo período de 2022, representou 36,1% da pauta de exportação total do mês passado, junto com o milho.

O trigo continuou sendo o principal produto da pauta de importação brasileira, com alta de 13,2% em valor frente a janeiro de 2022, enquanto a quantidade importada caiu 12,3% no mesmo período. A importação de malte foi destaque em janeiro, com incremento de 37,6% e 9,4% no valor e na quantidade, respectivamente. Cabe destacar que, assim como o trigo, o Brasil é dependente da importação de malte e cevada – dois dos principais insumos para a produção de cerveja.

No acumulado dos últimos 12 meses, houve alta de 29,6% nas exportações e de 15,1% nas importações do agronegócio. Com isso, o saldo da balança comercial do setor aumentou para US$ 142,66 bilhões nesse período, desempenho mais que suficiente para compensar o déficit acumulado pelos demais setores (US$ 78,46 bilhões). Como resultado, o saldo total da balança comercial ficou positivo em US$ 64,19 bilhões.

Para Ana Cecília Kreter, pesquisadora associada do Ipea que assina a nota em coautoria com José Ronaldo Souza Júnior, Fábio Servo, Diogo Ferreira e Guilherme Soria Bastos Filho, apesar das adversidades climáticas previstas para este ano, as perspectivas para essa safra ainda são boas para o agronegócio brasileiro. Mesmo com a revisão das estimativas do milho e da soja em decorrência dos problemas enfrentados no Sul do país, a produção será superior à safra anterior, com novo recorde de produção para a soja. "Com expectativa de boa produção no Brasil e de maior participação do milho brasileiro no mercado internacional, o agronegócio poderá fechar 2023 com contribuição ainda maior na balança comercial total do país", destacou Kreter.

XVII FORUM IBEF-RIO DE ENERGIA 2023

OS DILEMAS DO SETOR DE OIL, GAS & ENERGY

SAVE THE DATE

02 de Junho

SEXTA-FEIRA 08h30-15h00

Centro de Convenções
Hotel Prodigy Santos Dumont

ACESSE NOSSO SITE
PARA MAIS INFORMAÇÕES

REALIZAÇÃO

main TRENDS

IBEF Rio de Janeiro

Número de mulheres no agro representa 19% do setor

57% das mulheres no agro participam de grupos e associações do setor, algo que representa a união e o engajamento feminino

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que, no Brasil, 27% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no agronegócio a relação de liderança é um pouco menor: uma mulher para cada nove homens, representando 19% do setor.

Na agropecuária, a presença feminina é responsável pela produção de 30 milhões de hectares, algo em torno de 8,5% de toda área ocupada por sítios e fazendas. O número pode parecer baixo, mas já representa um crescimento de 6% em 11 anos.

Outro levantamento, feito pela Fran6, mostra que 57% das mulheres no agro participam de grupos e associações do setor, algo que representa a união e o engajamento feminino.

No ambiente empresarial e acadêmico do agronegócio, a presença feminina tem dado saltos consideráveis. São centenas de personalidades e lideranças femininas mudando a cara do setor, antes quase 100% masculino.

Esta mudança trouxe, além de oportunidades para estas profissionais, uma nova dinâmica para o setor, que se tornou mais plural e passou a reconhecer os diferencias femininos na gestão e execução das mais variadas atividades no agro: elas estão nas presidências, nas diretorias, no comercial, no chão de fábrica, no campo, nas redações. “Vemos um movimento no universo empresarial como um todo e esta transformação veio para minha empresa. Em outros tempos, tínhamos um time formado majoritariamente pelos homens e hoje somos 90% do quadro que compõe o dia a dia da Gessulli Agromídia”, diz a diretora da Gessulli, Andrea Gessulli, que está no comando da editora centenária.

Na edição de 2022, a Copacol venceu na categoria Liderança Feminina. Celia Hoffmann, foi a vencedora na categoria Liderança Feminina do Prêmio Quem é Quem - Maiores e Melhores Cooperativas Brasileiras de Aves e Suínos, edição de 2022.

Hoffmann, que trabalha há 41 anos na cooperativa, hoje está à frente da gerência de controladoria e finanças. Ao longo de todos esses anos atuando na Copacol, a profissional passou por várias mudanças e cenários diferentes, desde o início como correspondente bancária responsável pelo repasse, até a gerência de Controladoria e Finanças, sendo a responsável pela área de Contabilidade, Tributária e Financeira da Cooperativa.

Seu principal e mais recente desafio, assumido há quatro anos, é a gerência da Contabilidade e do Planejamento Tributário da Copacol, onde sua experiência profissional está ancorada na gestão do financeiro e com muita dedicação, aprendizado e compromisso vem apresentando resultados excelentes junto a estes times.

A categoria Liderança Feminina é uma atualização da categoria Mulher Cooperada, entregue até 2021 e tem como propósito destacar a atuação da mulher dentro da estrutura organizacional da cooperativa, evidenciando o seu papel de liderança e os ganhos gerados por sua atuação.

Apesar do frequente crescimento da presença feminina no agronegócio brasileiro, ainda falta muito para as mulheres ocuparem um lugar de representatividade que se equipare ao universo masculino em número e salário.

Para que este cenário continue em franca expansão, é necessário que aja um movimento de apoio e respeito a estas profissionais, como: reconhecer publicamente suas contribuições; incentivá-las a falar sobre suas conquistas; criar um espaço para que suas funcionárias venham até você quando precisarem de apoio; compartilhe o microfone em sincronizações e reuniões de equipe e valorize suas contribuições e defenda seu crescimento, mesmo que elas não peçam.

Assim, você capacita sua equipe e valoriza a presença feminina nos mais diferenciados cargos do agronegócio brasileiro.

Ajuste fiscal urgente no Rio

*Lucas Cepeda e Pedro Trippi**

Ajustar a situação fiscal do Rio de Janeiro e reforçar a segurança pública são os maiores desafios dos cem primeiros dias da nova gestão do governador Claudio Castro. Hoje, o estado ocupa, entre todas as unidades da Federação, a 24ª posição em solidez fiscal e a 20ª colocação em segurança pública e potencial de mercado, aponta o Ranking de Competitividade dos Estados 2022, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em parceria com a Tendências Consultoria Integrada. No ranking geral, o estado está em 11º lugar, seis colocações à frente do penúltimo levantamento.

Baseado em 86 indicadores que compõem dez pilares, o ranking é uma ferramenta de que gestores públicos podem lançar mão para definir prioridades em seus estados. O Rio de Janeiro, particularmente, vem apresentando bons resultados em diferentes áreas, sobretudo em capital humano (4º), eficiência da máquina pública (5º) e sustentabilidade ambiental (7º).

Atualmente, o estado é o primeiro do país nos indicadores de produtividade dos magistrados e servidores do Judiciário, conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e segundo em produtividade do trabalho, qualificação dos trabalhadores e população economicamente ativa (PEA) com ensino superior, segundo a PNAD Contínua. Na questão fiscal e na segurança pública, contudo, há grande margem para melhora.

De 2015 até 2022, o estado nunca conseguiu passar da 24ª posição geral do ranking em relação à situação fiscal. Tidos como quebrados desde 2015, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul tiveram um alívio nas contas públicas durante a pandemia e chegaram a 2023 com uma situação um pouco menos desconfortável. Do lado dos governos, a adesão ao plano de recuperação fiscal é tida como essencial para conseguirem continuar pagando salários em dia – o que voltou a acontecer em 2021 após pelo menos quatro anos de atrasos.

Essa tendência de recuperação fiscal do Rio de Janeiro é comprovada com a melhora em quatro dos nove indicadores que compõem esse pilar do ranking com dados do Tesouro Nacional, como índice de liquidez, gasto com pessoal, poupança corrente e resultado primário.

Neste último indicador específico, o Rio de Janeiro saltou 19 colocações.

Em relação à segurança pública, o estado caiu em seis dos nove indicadores analisados, com destaque para a qualidade da informação da criminalidade (13 posições), de acordo com informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Entretanto a queda foi mais motivada pela melhora dos demais estados do que pela má performance em si. O Rio de Janeiro avançou em três indicadores importantes: presos sem condenação, mortes a esclarecer e segurança patrimonial.

Em relação ao potencial de mercado, o estado precisa ficar atento ao crescimento potencial da força de trabalho, a segunda pior do país. Ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro é o segundo da Federação no indicador de tamanho de mercado pelo segundo ano consecutivo. Adotar medidas que façam o estado continuar crescendo deve ser prioridade do início de gestão do novo governador, já que o Rio de Janeiro vem apresentando melhoras ou mantendo-se estável em boas posições. Para isso, será necessária capacidade de diálogo e de construção de consensos estratégicos, tendo como prioridade a manutenção de um plano que enfrente a questão fiscal.

**CLucas Cepeda é gerente de Competitividade do Centro de Liderança Pública (CLP) e Pedro Trippi é coordenador de Inteligência Técnica do CLP.*
Esse artigo foi publicado no Jornal O Globo, em fevereiro de 2023.

Gestor de empresa é condenado por sonegação fiscal

Valor omitido das movimentações financeiras é de R$ 175 milhões

A 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP condenou o gestor de um comércio de confecção à pena de seis anos e oito meses de reclusão, por sonegação fiscal de R$ 175 milhões no ano de 2010. A decisão é do juiz federal Fernando Toledo Carneiro.

Segundo o magistrado, a autoria e a materialidade ficaram comprovadas, por processo administrativo fiscal e por meio da oitiva de testemunhas. "Nada disso (valor apurado) teve origem comprovada ou foi submetido à tributação, estando, pois, configurado o crime", afirmou.

No ano de 2010, a Receita Federal verificou que a empresa efetuou transações financeiras vultosas no valor de R$ 175.470.314,01 e não informou ao Fisco. Além disso, foi constatado que desde o início das atividades da companhia não foram localizados recolhimentos de tributos ou contribuições federais e declarações legais obrigatórias.

O Ministério Público Federal requereu a condenação do réu. A defesa pediu a absolvição, argumentando não haver justa causa para a ação penal nem dolo específico.

No entanto, para o magistrado, a configuração do delito foi evidenciada pela supressão ou redução de tributos.

Assim, o juiz federal condenou o réu, por sonegação fiscal, a seis anos e oito meses de reclusão em regime fechado, e estabeleceu 360 dias-multa, sendo cada dia-multa fixado em cinco vezes o salário mínimo vigente.

Procedimento ordinário 5004322-39.2020.4.03.6181

Confiança é fundamental

A Branco Consultores oferece além de seus trabalhos de consultoria e contencioso tributário, as seguintes áreas de serviços:

- Contabilidade
- Diagnóstico de Procedimentos fiscais
- Supply Chain - Foco tributário
- Preços de Transferência
- Revisão, preparação e retificação de obrigações fiscais acessórias
- Due diligence fiscal
- BPO - Terceirização de Processos
- Inovação tecnológica - Contábil/fiscal
- Recuperação de créditos fiscais
- Treinamentos empresariais
- Mediação e arbitragem

BRANCO

brancoconsultores.com

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087-8910
Fax: 11 5087-8810

RIO DE JANEIRO
Rua Sete de Setembro, 111
7° andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.050-91
Tel.: 21 3231-5900

- **Consultoria tributária**
- **Assessoria jurídica tributária**
- **Perícias contábeis**

Stellantis anuncia investimento estratégico em cobre na Argentina, reforçando compromisso de tornar-se carbono neutra até 2038

A Stellantis anunciou em fevereiro investimentos de US$ 155 milhões em projeto localizado na Argentina, que contribui para o plano da Companhia de tornar-se carbono neutra até 2028. A Companhia está adquirindo participação acionária de 14,2% na McEwen Copper, subsidiária da mineradora canadense McEwen Mining, que possui os projetos Los Azules na Argentina, e Elder Creek em Nevada, nos Estados Unidos.

Com esta participação, a Stellantis será o segundo maior acionista da McEwen Copper's, junto com a Rio Tinto, através de sua venture de tecnologia de lixiviação de cobre, Nuton. Los Azules planeja produzir 100 mil toneladas anuais de cobre cátodo com 99,9% de pureza a partir de 2027 e as reservas podem assegurar a operação por pelo menos 33 anos.

"A Stellantis pretende liderar a indústria com o compromisso de ser carbono neutra até 2038 – uma meta que exige inovação e redefinição completa de todo o negócio", disse Carlos Tavares, CEO da Stellantis. "Estamos dando passos importantes na Argentina e no Brasil, com o objetivo de descarbonizar a mobilidade e de assegurar suprimentos estratégicos de matérias-primas necessárias ao sucesso dos planos globais de eletrificação da Companhia", acrescentou.

O cobre é uma matéria-primeira estratégica para o futuro da mobilidade elétrica e estima-se que a demanda global pelo metal condutor triplicará nos próximos anos. Ao fazer este investimento em um dos 10 maiores projetos internacionais em desenvolvimento desta commodity, a Stellantis poderá suprir parte da demanda de cobre projetada a partir de 2027.

"Stellantis e McEwen são parceiros ideais para um grande projeto como Los Azules. Juntos, compartilhamos a visão de construir uma mina para o futuro com base em princípios regenerativos e tecnologias inovadoras, que podem atingir emissões líquidas zero de carbono até 2038. Temos o compromisso de à Argentina e ao mundo entregar cobre de modo sustentável, um produto que contribua para a eletrificação do transporte e a proteção de nossa atmosfera", disse Rob McEwen, Chief Executive da McEwen Copper.

O anúncio reforça a participação da América do Sul na implementação do plano estratégico de longo prazo Dare Forward 2030, comprometido com a liberdade de mobilidade.

Como parte do plano estratégico Dare Forward 2030, a Stellantis prevê atingir 100% de participação de veículos elétricos (BEV) no mix de vendas de carros de passeio na Europa e de 50% no mix de vendas de carros de passeio e comerciais leves nos Estados Unidos até 2030. Na Brasil, a participação dos veículos de baixas emissões (LEV) será de aproximadamente 20% até o final da década. O plano está ancorado em uma ambiciosa estratégia de descarbonização consistente com recomendações baseadas na ciência. Por meio de metas agressivas e claras, estabelece cortes profundos nas emissões para reduzir o CO2 pela metade até 2030, comparando as métricas de 2021 e colocando a empresa no caminho certo para alcançar carbono líquido zero até 2038.

A Stellantis N.V. (NYSE: STLA / Euronext Milan: STLAM / Euronext Paris: STLAP) é uma das principais fabricantes de automóveis e fornecedoras de mobilidade do mundo. Nossas marcas históricas e icônicas incorporam a paixão de seus fundadores visionários e dos clientes em seus produtos e serviços inovadores, incluindo Abarth, Alfa Romeo, Chrysler, Citroën, Dodge, DS Automobiles, Fiat, Jeep®, Lancia, Maserati, Opel, Peugeot, Ram, Vauxhall, Free2move e Leasys. Impulsionados pela nossa diversidade, lideramos a forma como o mundo se move – aspiramos nos tornar a melhor empresa de mobilidade sustentável, não a maior, enquanto criamos valor para todos os acionistas e as comunidades nas quais operamos. Para obter mais informações, acesse www.stellantis.com

A McEwen Copper Inc. detém 100% de participação no projeto de cobre Los Azules em San Juan, Argentina, e no projeto Elder Creek em Nevada, EUA. Los Azules foi classificado entre os 10 maiores depósitos de cobre não desenvolvidos do mundo pela Mining Intelligence (2022). Seus recursos atuais de cobre são estimados em 10,2 bilhões de libras com teor de 0,48% Cu (categoria indicada) e 19,3 bilhões de libras adicionais com teor de 0,33% Cu (categoria inferida).

Conceituado concurso italiano destaca marca gaúcha Azeite Puro entre 122 rótulos

Azeite extravirgem brasileiro é o melhor do Hemisfério Sul

O Brasil tem se destacado na produção de azeite de oliva extravirgem. Prova disso é que concursos internacionais estão cada vez mais reconhecendo os rótulos nacionais. É o caso da marca Azeite Puro, eleita a melhor produtora do Hemisfério Sul.

O título foi concedido pelo L'Orciolo d'Oro, concurso italiano que existe há mais de 30 anos e se dedica a encontrar os melhores azeites extravirgem do mundo. Desde 2021, no entanto, o prêmio se transformou em um guia internacional, batizado de Lodo Guide.

Na edição 2023 do Lodo Guide, participaram 626 azeites extravirgem – 504 saídos do Hemisfério Norte e 122 do Hemisfério Sul. Os rótulos foram analisados por um júri de 32 provadores profissionais, cuja classificação foi caracterizada por avaliações sensorial, olfativa e gustativa. O ranking ainda passou pela aprovação dos fundadores do guia: Manuela Ersilia Vigo e Vincenzo Federico Petisi.

O Azeite Puro começou a operar em 2014 em Cachoeira do Sul (RS), a 200 quilômetros de Porto Alegre. Hoje, a linha trabalha com cinco variedades de azeitonas, divididas em quatro rótulos: Arbequina e Arbosana, Koroneiki, Picual e Coratina. Cada produto harmoniza melhor com um tipo específico de prato.

Dentre os diferenciais da marca, estão as plantações cultivadas com produtos biológicos e as colheitas semimecanizadas, com as melhores técnicas de poda. Além disso, a curta distância entre a produção e o envase garante um frescor único e a manutenção das características saudáveis.

O resultado é um produto extravirgem de altíssima qualidade, com acidez de apenas 0,1 e sabor e aroma característicos, perfeitos para harmonizar com os mais diferentes pratos.

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156 - Conj. 402/4° andar, Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.040-003
Tel.: (21) 2217-5555 | Whatsapp: (21) 96925-0202 | e-mail: ibefrio@ibefrio.org.br
Institucional: ibefrio.org.br | Programação: agenda.ibefrio.org.br | Locação de Ambientes: loc.ibefrio.org.br
LinkedIn: ibef-rio | Instagram: @ibef_rio | Facebook: ibefrio

BIÊNIO 2023/2025 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: *Márcio João de Andrade Fortes*
Vice-presidente: *Jorge Saul Doctorovich*
Membros: *Gustavo Damázio de Noronha, Manuel Fernandes Rodrigues de Souza, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien*

CONSELHO FISCAL

Presidente: *Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia*
Membros: *Gustavo Carvalho Pierotti e Roberto Bar*
Suplentes: *Andréa Gonçalves, Marcelo Fernando Nunes Magalhães e Carlos Reichmann Mader*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: *Carlos Eduardo Rosalba Padilha*
1º Vice-presidente: *Sérgio Burrowes Raposo*
Vice-presidente: *Fernando Potsch de Carvalho e Silva.*
Secretário Geral: *Marcos Chouin Varejão*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *http://www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Eduardo Lucano, Henrique Luz, José Gandelman, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Mario Lopes, Nilton Molina, Roberto Lima Netto e Sidney Rezende.

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Rosangela Cavalcante

Programação Visual
Red Design Comunicação

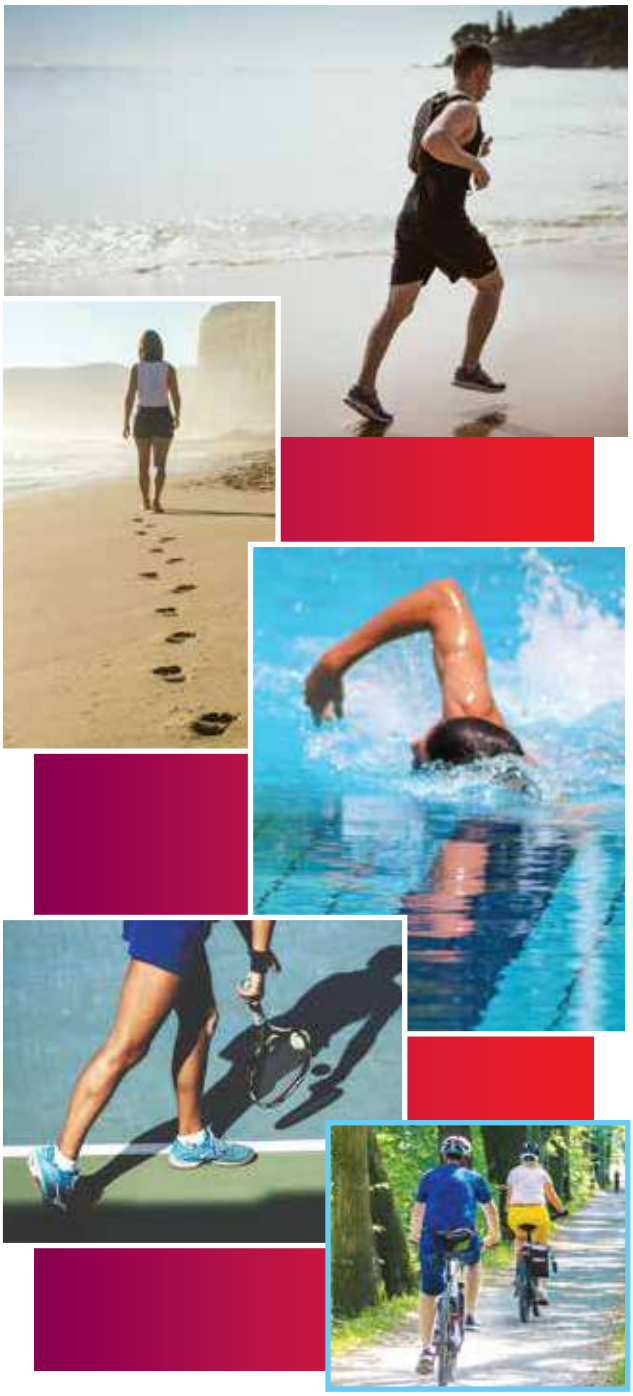
Fotos
Banco de imagens Red Design, Unsplash, Pixabay, Pexels, iStock e Burst

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Cinco esportes que ajudam a melhorar a rotina no trabalho

Vários estudos realizados a respeito da relação Esporte & Trabalho e os resultados mostram que o esporte é a melhor saída para uma mente sadia. Sendo assim, confira aqui quais são os cinco esportes que ajudam a melhorar a concentração e a saúde mental no ambiente profissional.



CORRIDA

A corrida lidera lista porque a prática trabalha com todo o corpo, sobretudo com o cérebro. Quando você estabelece uma rotina de corrida, de pelo menos quatro vezes por semana, o seu cérebro passa por uma limpeza. Com isso, o campo de memória e da concentração ganha mais fôlego.

CAMINHADA

É excelente. Se você não vem de um histórico pautado em atividades físicas, é melhor ir com calma. A caminhada, então, é a melhor alternativa. Comece com recursos pequenos. À medida que seu corpo ganhar resistência, estabelece rotas maiores.

NATAÇÃO

A natação é ótima para melhorar o condicionamento físico, a saúde dos pulmões e o raciocínio. Além de prazeroso, a atividade pode ser feita em horários alternados.

TÊNIS

Um esporte clássico e bonito. Embora o tênis obrigue seu cérebro a traçar estratégias e movimentos rápidos, o esporte é muito bom para extravasar e deixar sua mente mais leve.

PEDALAR

Prático e fácil de fazer, pedalar é ideal para todas as idades. O ato de andar de bicicleta, é essencial para quem quer deixar o cérebro respirar. E a melhor parte, você pode fazer isso no trajeto de sua casa para o trabalho. Crie o hábito e não esqueça de usar o equipamento necessário para isso.

Ranking das "BIG SEVEN" por quantidade de S. A. Capital Aberto | Março 2023

Empresa	Posição	Quantidade	Sede
EY	1º	165	São Paulo
PWC	2º	150	São Paulo
KPMG	3º	136	São Paulo
DELOITTE	4º	101	São Paulo
BDO	5º	56	São Paulo
Grant Thornton	6º	39	São Paulo
BKR - LMA	**7º**	**17**	**Rio de Janeiro**
Outras	–	87	
Total		751	

Fonte: CVM

BKR é a "Big Seven" de Auditoria.

FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 600 escritórios em 80 países.

32 anos

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of BKR International

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG | Brasília - DF

55 21 2156-5800

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br
www.lopesmachado.com

tremdo
corcovado.rio
Venha viver essa emoção!
Horário de funcionamento:
De seg. a sex.(exceto feriado): 8h às 17h
Sáb. dom. feriados: 8h às 18h
@tremdocorcovado.rio
www.tremdocorcovado.rio
Rua Cosme Velho, 513 - Cosme Velho
Seu passeio
começa aqui: